

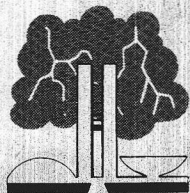
EXTRA

Receita continuará investigando os envolvidos

Segundo o secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, até mesmo parlamentares que não tiveram nomes sugeridos para cassação pela CPI podem ser indiciados por crime fiscal

CARLOS FRANCO

RIO — O secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, afirmou ontem que, independente da leitura do relatório da CPI do Orçamento e das decisões do Congresso, a Receita continuará fiscalizando as pessoas físicas e jurídicas citadas no escândalo do Orçamento da União. Entre as pessoas físicas estão 44 parla-



mentares, mas ele não quis divulgar os nomes. Lopes Filho adiantou ainda que de 69 prefeituras e entidades filantrópicas pesquisadas a pedido da sub-comissão de patrimônio da CPI e que receberam recursos relativos a subvenções sociais, apenas duas apresentavam situação regular. "As outras 67 apresentaram dados irregulares e emitiam notas fiscais frias, o que constitui crime fiscal."

Segundo Lopes Filho, o que pode ser considerado crime de decoro para o Congresso é uma coisa, enquanto o crime fiscal é outra e pode atingir até parlamentares que não terão seus nomes sugeridos para cassação de mandato. "Uma vez que o sigilo bancário das contas foi quebrado, estamos investigando se esses parlamentares cometeram crime fiscal." Além disso, revelou Lopes Filho, a Receita continua verificando a situação econômico-financeira de 1.900 empresas de construção civil, entre as quais as grandes empreiteiras. Ele informou que muitas aplicadas a algumas dessas empresas já resultaram na arrecadação de US\$ 1,5 bilhão em 1993.

André Dusek/AE—27/10/93



Lopes Filho: 44 parlamentares estão entre os investigados